



## CONGRESO INTERNACIONAL

### "EL PROTOCOLO CONTEMPORÁNEO:

DESDE EL CONGRESO DE VIENA HASTA LA ACTUALIDAD (1814-2014)"

VIII JORNADAS SOBRE PROTOCOLO "PROTOCOLO Y DIPLOMACIA"

**“Comunicación y Protocolo de la Organización de las Naciones Unidas” – El Patrimonio Mundial de la UNESCO como Herramienta Diplomática entre Naciones.**

**“Communication and Protocol of the United Nations Organization” – The UNESCO World Heritage as a Diplomatic Instrument between Nations.**

**“Comunicação e Protocolo da Organização das Nações Unidas” – O Património Mundial da UNESCO como Instrumento Diplomático entre Nações**

### **AUTOR**

**Artur Filipe dos Santos**

**artursantosdocente@gmail.com**

Profesor de Comunicación y Património Cultural, consultor de la UNESCO para el Património Mundial, miembro del grupo de Investigación en Comunicación de Universidad de Vigo (Icom-x1), miembro del grupo de investigación en Comunicación y Turismo de la Universidad de Westminster, Reino Unido, profesor invitado en varias instituciones universitarias y de formación: Escola Superior de Educação de Coimbra, Escola de Jornalismo do Porto, Centro de Estudos Politecnicos de Torres Novas, Universidade Federal de Pernambuco. Miembro de la APEP – Associação Portuguesa de Estudos de Protocolo.

### **RESUMEN**

Esta comunicación tiene el objetivo de conocer y discutir la regimentación protocolar en el ámbito de las Naciones Unidas, los organismos que tutelan las reglas del protocolo, las relaciones públicas y diplomáticas de esta organización internacional fundada en el 1945 y que tiene 193 Estados-Miembros.

Esta comunicación visa también presentar un estudio de reflexión sobre la importancia de la clasificación del patrimonio cultural, edificado, natural y inmaterial como Patrimonio Mundial bajo la égida de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) como herramienta diplomática entre los 183 Estados Miembros signatarios de la Convención de 1972 para la Protección del Patrimonio Mundial y las reglas del Protocolo que rigen el sitio clasificado.

### **Palabras-Clave**

Protocolo, Naciones Unidas, UNESCO, Patrimonio Cultural, Diplomacia

### **ABSTRACT**

Esta comunicação tem o objetivo de conhecer e discutir a regimentação protocolar no âmbito das Nações Unidas, os organismos que tutelam as regras de protocolo, as relações públicas e diplomáticas desta organização internacional fundada em 1945, e que conta com 193 Estados-Membros

Esta comunicação visa também apresentar um estudo de reflexão sobre a importância da classificação do patrimônio cultural, edificado, natural e imaterial como Patrimônio Mundial sob a égide da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como instrumento diplomático entre os 183 Estados-Membros signatários da Convenção de 1972 para a Proteção do Patrimônio Mundial e as regras de Protocolo que regem o sítio classificado.

### **Palavras-chave**

Protocolo, Nações Unidas, UNESCO, Patrimônio Cultural, Diplomacia

## **“Comunicação e Protocolo da Organização das Nações Unidas” – O Património Mundial da UNESCO como Instrumento Diplomático entre Nações**

### **Introdução**

Desde o Congresso de Viena e da “Santa Aliança” até aos nossos dias, as nações souberam construir uma aproximação diplomática que permitiu a criação, ao longo do tempo, de organizações internacionais que permitissem o zelo pelo direito internacional, o exercício da igualdade entre estados soberanos e a procura da limitação dos efeitos negativos de conflitos internos e externos, não esquecendo a necessidade de criação de pontes de comércio e de mercado entre países.

A “Santa Aliança”, coligação criada a 26 de Setembro de 1815 pelo império Russo, império Austríaco e o Reino da Prússia a que se juntaram mais tarde a Inglaterra e a França, foi um exemplo emanado do Congresso de Viena que resultou na tentativa de conjugar ideias em comum de nações que mais do que impor uma ordem comum procuravam estabelecer um exercício de poder e influência a nível diplomático no rescaldo da queda do império napoleónico.

Mas antes ainda do Congresso de Viena (Setembro de 1814 a Junho de 1815) exemplos houve, na história das organizações internacionais, de alianças entre nações que visavam interesses em comum, como foi o exemplo das ligas hanseáticas das cidades do norte da Europa, apesar de, defende David Clark MacKenzie, “haver um debate sobre quando é que a primeira organização internacional surgiu. Alguns académicos apontam a Europa medieval, outras retrocedem para trás até à antiga Grécia e Roma, creditando aqueles que apontavam qualquer cooperação internacional como sendo o princípio de uma organização internacional”<sup>1</sup>. Defende ainda este autor que “a ascensão da Igreja Católica pode ser vista como uma espécie de organização internacional inicial, centralizada no Vaticano, com um secretariado permanente e desenhando um suporte e uma aliança em todo o mundo ocidental”:<sup>2</sup>

No seguimento da Convenção, assiste-se, para além da “Santa Aliança” ao surgimento de várias organizações e acordos bi-laterais entre países, onde se destacam a *Peace Society* (1816),

---

<sup>1</sup> Mackenzie, David (2010). *A World Beyond Borders. An Introduction to the History of International Organizations, Volume I*. Toronto: University of Toronto Press

<sup>2</sup> Ídem.

a *European Danube Commission* (1856), o Comité Internacional da Cruz Vermelha (1864) e ainda organizações internacionais que visavam o conhecimento integrado de especialidades do saber como a *World Metereological Organization* (1873) a *World Intellectual Property Organization* (1883) e ainda a Associação Internacional para a Proteção Legal dos Trabalhadores (1901). Estas instituições são das primeiras a nível internacional a servirem de assento à discussão de matérias do foro do conhecimento adquirido na revolução industrial e no avanço do estudo das ciências da natureza e das ciências sociais e humanas, ocorridos no final do séc. XIX.

Mas é nas cinzas da I Guerra Mundial que surge a primeira grande organização com objectivos concretos no campo da diplomacia, da manutenção da paz, do direito internacional e na regulamentação do comércio internacional: a Sociedade das Nações (1919), organização que Van Ginneken afirma ser uma organização que “apesar de lembrada como a predecessora das Nações Unidas, pelo menos (...) foi mais do isso. Poucos compreendem que uma organização desta escala nunca tinha sido tentada antes. A Sociedade, assim sendo, não teve precedentes e não podia buscar no passado modelos similares de instituições”.<sup>3</sup>

Contudo, como é subjaz conhecido, esta organização falhou nos seus objectivos essenciais como a preservação da paz e a manutenção do direito internacional, tendo sido extinta a 20 de Abril de 1942, em plena II Guerra Mundial.

Com a vitória das Nações aliadas neste que foi o último conflito de natureza global, a ideia de criar uma organização internacional foi de novo retomada, surgindo desta forma a 24 de Outubro de 1945 a Organização das Nações Unidas, que o artigo 1 da Carta das Nações Unidas declara como sendo os objectivos desta instituição: 1 - manutenção da paz e segurança internacional; 2 – desenvolvimento de relações amigáveis entre nações; 3 – cooperação internacional na resolução de problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário, promovendo o respeito pelos direito humanos e liberdade fundamental; 4 – Ser o centro harmonizador das nações com vista a fins comuns.<sup>4</sup>

É dentro deste espírito conciliador que a Organização das Nações Unidas preconiza, que surge a necessidade de se debaterem as questões do legado humano na História, do passado e do presente e da necessidade da preservação, no concerto das nações, desse mesmo legado às gerações vindouras.

---

<sup>3</sup> Van Ginneken, Anique (2006). *Historical Dictionary of the League of Nations*. Maryland: Scarecrow Press. Trad.

<sup>4</sup> Bookmiller, Kirsten Nakjavani (2008). *The United Nations*. Nova Iorque: Infobase Publshing. Trad.

É por esta razão que surge a UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), criada a quatro de Novembro de 1946, com o objectivo de promover a paz mundial e a preservação da vida humana através de medidas que apoiem o desenvolvimento da educação, da ciência, da cultura e da comunicação entre os povos.

Criada tendo como base a experiência do Comité Internacional de Cooperação Intelectual da extinta Sociedade das Nações, conta com 193 Estados-membros, que entre si debatem diplomaticamente problemáticas como o analfabetismo, o encontro e respeito pelas culturas e minorias culturais e étnicas, a educação na saúde e higiene entre outros e, desde 1972, a necessidade da conservação, preservação e promoção do legado histórico cultural e natural da Humanidade através da criação do Comité do Património Mundial.

De que forma é que a criação deste comité e da assinatura da Convenção do Património Mundial tem impacto real nas relações diplomáticas entre países enquanto ferramenta de promoção de iniciativas de preservação comum do património e quais as regras protocolares que se encontram instituídas para uma maior dignificação e imagem pública do estatuto de Património Mundial ou Património da Humanidade é que se procura reflectir nesta comunicação.

## **Fundamentação Teórica**

### **Organização do Protocolo na Organização das Nações Unidas – ONU**

As Regras de Protocolo, de Cerimonial e das relações diplomáticas entre os Estados-membros das Nações Unidas foram grande delas fixadas aquando da Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas, celebrada a 18 de Abril de 1961 e que agora se encontram sobre a alçada do Serviço de Protocolo e Ligação da Assembleia-Geral das Nações Unidas<sup>5</sup>:

“Protocol in the international sphere may be defined as the customs and regulations dealing with diplomatic formality, precedents and etiquette. Within the United Nations that simple definition means that in any given year the staff of the Protocol and Liaison Service will deal with representatives of all 193 States Members

---

<sup>5</sup> Department for General Assembly and Conference Management (2011). *Protocol and Liaison Service*. Extraído do sítio web das Nações Unidas a 12 de Janeiro de 2014: <http://www.un.org/depts/DGACM/funcProtocol.shtml>

of the United Nations, including Heads of State and Government, as well as others who come to the Secretariat in New York in an official capacity. Without a common ground in accepted codes of conduct and ceremony, misunderstandings may arise and unintentional mistakes may be made in dealings with high-level officials.

The Protocol and Liaison Service serves the protocol needs of the Secretariat, especially the Secretary-General and the Deputy Secretary-General, and it interfaces with the Permanent and Observer Missions to the United Nations and with the liaison offices of the specialized agencies and related organizations stationed in New York. The Service applies an orderly, uniform set of rules and governing codes of behaviour in diplomatic forums, meetings and ceremonies involving Governments and their representatives.”

O Serviço de Protocolo e Ligação encontra-se sobre a alçada direta do Secretário-Geral da ONU<sup>6</sup>:

“The Protocol and Liaison Service is a branch of the Executive Office of the Secretary-General of the United Nations. It is located on the west side of the second floor of the Secretariat building near the low-rise elevator bank, in room S-201 (Tel: 212-963-7172)”.

De acordo com o mandato concedido pelo Secretário-Geral da ONU, as competências e funções deste organismo são as seguinte<sup>7</sup>s:

“(a) To register all diplomatic personnel and support staff of permanent/observer missions, their dependants and household employees, to provide them with proper United Nations building passes, to approve applications for parking decals, to process requests for diplomatic privileges and immunities for diplomatic personnel of permanent missions and to maintain and update files with relevant data on all the members of the permanent/observer missions;

(b) To accredit members of governmental or intergovernmental delegations, representatives of specialized agencies, and associate members of regional commissions participating in the

---

<sup>6</sup> The United Nations Protocol and Liaison Service (2011). *Manual of Protocol*. Extraído do sítio web das Nações Unidas a 2 de Fevereiro 2014: [http://www.un.int/protocol/pre\\_intro.html](http://www.un.int/protocol/pre_intro.html)

<sup>7</sup> The United Nations Protocol and Liaison Service (2011). *Ídem*

sessions of the General Assembly or other meetings held at Headquarters and to provide them with appropriate building passes;

(c) To assist permanent/observer missions with the preparation of official visits to Headquarters by Heads of State or Government or other dignitaries; to coordinate major official observances such as the presentation of credentials to the Secretary-General by newly appointed Permanent Representatives; to aid permanent/observer missions with the organization of official, cultural and social functions at Headquarters; and to assist with arrangements for flag-raising ceremonies for newly admitted Member States, the observance of official mournings, etc.;

(d) To maintain and update comprehensive lists of the Heads of State or Government and Ministers for Foreign Affairs of the Member States of the United Nations. These lists are available \_\_\_\_\_ to \_\_\_\_\_ permanent/observer missions and delegations;

(e) To publish twice a year an up-to-date comprehensive list (the "Blue Book") of the diplomatic personnel of all permanent/observer missions and the composition of the principal organs of the United Nations. The publication also contains other relevant information for the use of delegations;

(f) To prepare and publish lists of members of delegations to the sessions of the General Assembly from Member States, observer entities, specialized agencies and associate members of regional commissions, and other organizations with the appropriate status;

(g) To advise permanent/observer missions, specialized agencies and the departments/offices of the United Nations Secretariat on matters of protocol usage and practice and norms of diplomatic etiquette accepted at the United Nations; and to provide briefings and lectures on matters of protocol and diplomatic etiquette.”

Para demonstrar a importância que esta organização concede ao Protocolo, para além deste serviço ser da alçada exclusiva do gabinete do Secretário-Geral da ONU, para além das funções anteriormente enunciadas, o Serviço de Protocolo e Ligação tem ainda as seguintes responsabilidades<sup>8</sup>:

- Protocol coverage of meetings of the Secretary-General and the Deputy Secretary-General both at and away from Headquarters and to visits to the United Nations of high-level dignitaries;

---

<sup>8</sup> Department for General Assembly and Conference Management (2011). *Protocol and Liaison Service*. Extraído do sítio web das Nações Unidas a 12 de Janeiro de 2014: <http://www.un.org/depts/DGACM/funcProtocol.shtml>

- Liaison between the Permanent Missions of Member States and Observer Missions and the host country;
- Accreditation of the diplomatic and general staff of missions, including delegations to temporary meetings held at Headquarters;
- Processing requests for diplomatic privileges and immunities for diplomatic personnel;
- Assistance in the presentation of credentials to the Secretary-General by newly appointed Permanent Representatives;
- Organization of state luncheons and dinners and other social events hosted by the Secretary-General and/or his spouse;
- Arrangements for flag-raising and wreath-laying ceremonies and for the observance of official periods of mourning;
- Maintaining and disseminating an up-to-date list of Heads of State and Government and Ministers for Foreign Affairs of the States Members of the United Nations and of the composition of the principal organs of the United Nations, popularly called the “Blue Book”, as well as lists of delegations to various meetings;
- Training on protocol usage and practices.

### **O Património Mundial da UNESCO como ferramenta diplomática entre nações.**

Não é de agora que a Humanidade sentiu no âmago a vontade e a importância de preservar o seu legado, a sua obra feita no presente e no passado e defendê-la, para que um dia as gerações do futuro pudessem testemunhar a história, a que se toca, e assim conhecer, por intermédio dos monumentos, do património erigido, muito daquilo que os antepassados foram e criaram:

“Os nossos antepassados sabiam talvez que os jardins de Kahore, as mesquitas do Cairo, a Catedral de Amiens e os hipogeus de Malta eram monumentos sumptuosos, raros, estranhos. Por vezes mostravam-se sensíveis ao esplendor de uma montanha, de um grande rio e até de uma selva povoada de animais selvagens e chegavam a admitir que estes elementos pudessem fazer o orgulho de um povo e testemunhar a nobreza da sua história ou que estes acidentes



geográficos pudessem simbolizar uma nação, suas aventuras e suas desventuras. Mas não lhes teria ocorrido a ideia de que isso tivesse um «valor universal» UNESCO<sup>9</sup>.

De acordo com os registos históricos da UNESCO, a ideia de criar uma organização internacional que “batalhasse” pela preservação do património cultural bem como o património natural, surgiu no final da Primeira Guerra Mundial, por altura da Criação da Sociedade das Nações, organização que antecedeu a actual Nações Unidas. Apesar da vontade de vários estados-membros dessa extinta organização se sentirem sensibilizados para a criação de um organismo que tutelasse a preservação do património histórico-cultural universal, essa ideia não vingou, caindo lentamente no esquecimento.

O acontecimento que despertou o interesse internacional por esta problemática foi, afirma a UNESCO “a decisão de construir a barragem de Aswan, no Egipto, o qual inundaria o vale que contém os templos de Abu Simbel, um tesouro da antiga civilização egípcia. Em 1959, após um apelo dos governos do Egipto e do Sudão, a UNESCO decidiu lançar uma campanha internacional de protecção. A pesquisa arqueológica nas áreas a serem inundadas foi acelerada. Sobretudo, os templos de Abu Simbel e de Philae foram desmontados, movidos para terra seca e remontados”<sup>10</sup>. Esta campanha custou, segundo os mesmos registos, 80 milhões de dólares americanos, com metade desta quantia a ser doada por cerca de 50 países, depois de longos e demorados encontros diplomáticos, já que a escassez de recursos financeiros para esta empreitada grassava na grande maioria dos países que apoiaram este projecto da UNESCO.

O sucesso desta iniciativa levou a novas campanhas em Veneza (Itália), Moenjodaro (Paquistão) e Borobodur (Indonésia), entre outras.

Com a ajuda do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)<sup>11</sup>, a UNESCO leva a cabo tentativas para a criação de uma

---

<sup>9</sup> UNESCO, Comissão Nacional (1992), *O que é: A Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Lisboa: C.N. UNESCO, p. 3.

<sup>10</sup> UNESCO, World Heritage Centre (2005), *Brief History*. Extraído em 13 de Fevereiro de 2005 do sítio da UNESCO: <http://whc.unesco.org/pg.cfm?cid=169>. Trad.

<sup>11</sup> Título original da organização em língua inglesa: International Council on Monuments and Sites (ICOMOS).

convenção que tutelasse, a nível mundial, as matérias relacionadas com a preservação do património cultural e o património natural universal.

Assim, foi em 1972 que a Organização das Nações Unidas, no âmbito da UNESCO, criou a “*Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*”<sup>12</sup>, convenção elaborada com o intuito de, citando a UNESCO “garantir, quanto possível, a adequada identificação, protecção, conservação e apresentação do património insubstituível do Mundo”<sup>13</sup>. Objectivo colossal na tentativa de preservar um património que está, afirma a UNESCO “entre as possessões mais preciosas e insubstituíveis, não só de cada nação, mas também da humanidade como um todo”, já que declara esta organização das Nações Unidas<sup>14</sup> “a perda por deterioração ou desaparecimento destas mesmas preciosas possessões constitui um empobrecimento da herança das pessoas de todo o mundo”<sup>15</sup>.

E urge defender o património, raiz que nos liga à terra onde nascemos, e que se encontra em perigo, como desabafa André Desvallées, Conservador Geral Honorário do Património:

“Desde há pelo menos duzentos anos, e particularmente com a aplicação do espírito das Luzes, pelos protagonistas da Revolução Francesa, tornou-se consciência do facto de que o que era propriedade pessoal poderia tornar-se, ao menos moralmente, *património colectivo*, de início nacional ou comunitário, em seguida universal (com o estabelecimento pela UNESCO, em 1972, da Convenção para a protecção do património mundial cultural e natural). No último século, o património cultural converteu-se num dos domínios mais importantes da cultura. Mas, ao mesmo tempo, um duplo perigo começou, ou continuou, a ameaçar este património: por um lado, o da

---

<sup>12</sup> Trad: Convenção Relativa à Protecção Universal do Património Cultural e Natural.

<sup>13</sup> UNESCO, World Heritage Centre (2005), *World Heritage, Introduction*. Extraído em 13 de Fevereiro de 2005 do site da UNESCO: <http://whc.unesco.org/pg.cfm?cid=264>

<sup>14</sup> UNESCO, World Heritage Centre (2005), *Idem*. Trad.

<sup>15</sup> UNESCO, World Heritage Centre (2005), *Ibidem*. Trad.

sua degradação física, podendo conduzir ao seu desaparecimento; por outro lado, o da sua transformação em mercadoria”<sup>16</sup>.

Sendo nos dias de hoje o património mais do que o testemunho da história da humanidade, os bens culturais edificados são exemplos de uma moral social que as nações entre si viram como essencial defender, uma cultura por vezes ancestral que é importante manter viva como forma de explicar a vivência actual e inclusivamente a evolução de cada sociedade nas relações umas com as outras.

Na opinião de Paulo de Carvalho, do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra:

“O património, enquanto conjunto de valores, estrutura de mediação entre o passado e o presente, matriz de explicitação das linguagens de estruturação dos territórios e das paisagens, assume hoje foros de quadro privilegiado de reflexão conceptual no âmbito da temática do desenvolvimento (...) Noutros casos, é a dinâmica interna e o papel dos actores locais que enfatiza o valor pedagógico do património, identificando-o e aproximando-o dos cidadãos. Em qualquer dos exemplos, as lições do passado e o contexto histórico, projectados no campo do património cultural, configuram um recurso singular e alicerçam a matriz de especificidade dos territórios. Rotas, circuitos, itinerários, convocando sítios e lugares como pontos de uma rede, desenhados em diferentes escalas espaciais, ancorados ao património e frequentemente ao turismo cultural, representam caminhos validos para a construção de marcas de identidade territorial, e são um estímulo para a articulação entre as diferentes peças e a construção de um sentido de pertença ao conjunto”.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Desvallés, André (2003). *Que Futuro para os Museus e para o Património Cultural na Aurora do Terceiro Milénio*, em *Lugar em Aberto*, 1, 47

<sup>17</sup> Carvalho, Paulo (s/d). *Património e Território: dos Lugares às Redes*. Extraído em 18 de Agosto de 2011 do sítio da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais [http://www.sper.pt/VCHER/Pdfs/Paulo\\_Carvalho.pdf](http://www.sper.pt/VCHER/Pdfs/Paulo_Carvalho.pdf)

Todos os esforços desenvolvidos em prole da preservação do património cultural da Humanidade nunca teriam a expressão obtida se não se tivesse dado a conhecer a nível internacional, se não se divulgassem as várias medidas levadas a cabo pelas instituições internacionais em prole de um objectivo comum, que é o de preservar o testemunho tangível da nossa História.

Com a criação, em 1972, do Comité para o Património Mundial e a assinatura da Convenção para o Património Mundial por 183 Estados-membros (dados actualizados em 25 de Julho de 2005)<sup>18</sup>, é a diplomacia que passa a presidir os esforços de preservação do património da humanidade através da instituição do título de Património Mundial no âmbito da UNESCO para os bens culturais e naturais considerados universais. Senão vejamos:

- O Comité para o Património Mundial é composto por 21 países-membros eleitos.
- Cada Estado-membro é responsável pela criação, de dez em dez anos de uma Lista Indicativa contendo dez bens candidatos à classificação de Património Mundial
- Reúne a Assembleia-Geral do Comité do Património Mundial, com os Estados-membros a candidatarem uma cidade como sede dessa mesma assembleia-geral que poderá durar pelo menos cinco dias e que irá eleger cerca de dez novos bens, inscrevendo-os na Lista do Património Mundial (composta por 725 bens culturais, 183 bens naturais, 28 bens mistos, num total de 936 bens classificados).

Poder-se-á defender que as principais decisões no que diz respeito à valoração de um bem enquanto Património Mundial cabe ao ICOMOS (Internationa Council of Monuments and Sites) e ao IUCN (International Union for the Conservation of Nature), organismos competentes pelo levantamento histórico, social, demográfico, arquitectónico, paisagístico e natural dos bens a classificar) pertencentes à esfera da UNESCO, mas são os países-membros,

---

<sup>18</sup>Anexo: Lista de Estados sinatários da Convenção do Património Mundial. Página da Wikipedia visualizada a 18 de Abril de 2014:  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista\\_de\\_Estados\\_signat%C3%A1rios\\_da\\_Conven%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Patrim%C3%B3nio\\_Mundial](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_Estados_signat%C3%A1rios_da_Conven%C3%A7%C3%A3o_do_Patrim%C3%B3nio_Mundial)

sobretudo os que têm assento no Comité que transmitem o veredicto final na eleição dos bens a inscrever na restrita Lista do Património Mundial.

E porquê a importância da inscrição de um bem nessa lista: porque é a maior certificação de qualidade que um bem cultural ou natural pode atingir a nível internacional; existem verbas disponíveis para a contínua preservação do património classificado, permitindo uma margem mais folgada no orçamento dos estados relativos ao bem classificado; é uma das melhores montras turísticas dada a evolução galopante do turismo cultural, religioso e natural em todo o mundo, existindo ainda uma grande margem de progressão com o desenvolvimento das potências emergentes; melhoria das condições de vida e da evolução do tecido social e da criação de novos empregos na órbita do bem classificado face aos estímulos económicos fomentados pela indústria do turismo

Para comprovar que a classificação de um bem como Património Mundial passa muito pela via diplomática, vejamos o seguinte exemplo:

“Embaixador Seixas da Costa: Diplomacia "salva" Elvas de chumbo e consegue classificação

O embaixador português na UNESCO, Francisco Seixas da Costa, revelou hoje que foram as diligências diplomáticas portuguesas realizadas esta semana que permitiram a classificação como Património Mundial das Fortalezas e do Centro Histórico de Elvas.

Na reunião do Comité do Património da UNESCO em São Petersburgo que decorre esta semana, estava em cima da mesa uma proposta do Centro do Património Mundial (o organismo que gere os processos de concurso deste tipo) de chumbar a candidatura portuguesa, revelou à Lusa Seixas da Costa, considerando que a classificação daquela que é a maior fortificação abaluartada do mundo era de "toda a justiça".

O embaixador explicou que foi só depois de várias diligências feitas pela delegação portuguesa, é que se conseguiu convencer os elementos do comité. Entre os países participantes no encontro, foi possível uma "unanimidade" na recusa daquela proposta do Centro do Património Mundial e "Elvas passou a entrar no Património Mundial, conforme era o nosso desejo", salientou.

Seixas da Costa reconheceu que, quando chegou a São Petersburgo, não estava convencido de que isso pudesse ser conseguido.

No entanto, "foi possível ao longo destes dias trabalhar a matéria de forma a ter um resultado positivo", afirmou o embaixador, considerando que esta foi uma segunda vitória da diplomacia portuguesa contra as propostas do Centro do Património Mundial.

Durante a reunião em São Petersburgo, foi também rejeitada uma proposta do Centro do Património Mundial que previa a imediata suspensão dos trabalhos de construção da barragem no Tua por causa dos impactos "graves" e "irreversíveis" que vai provocar no Alto Douro Vinhateiro.<sup>19</sup>.

## **Comunicação e Património Mundial**

No final do séc. XX até aos nossos dias a importância da classificação do património ganhou uma importância que atualmente a marca (a WHS brand) Património Mundial é já uma das mais importantes e mais rentáveis em todo o mundo, como defende Jason Ryan e Sari Salvanto:

“A designação *World Heritage Site* (WHS) tem evoluído ao longo do tempo a partir de um estatuto técnico destinadas exclusivamente a preservação para uma marca aclamada e respeitada que os países utilizam para atrair turistas do património, e esses turistas, por seu turno, confiam no momento da selecção do destino que vão visitar”.<sup>20</sup>

Tão importante como a promoção da marca, está o exercício necessário das relações públicas e da comunicação.

---

<sup>19</sup> Agência Lusa (2012). *Embaixador Seixas da Costa: Diplomacia "salva" Elvas de chumbo e consegue classificação*. Notícia extraída da página online do Diário de Notícias a 18 de Outubro de 2012:

[http://www.dn.pt/inicio/artes/interior.aspx?content\\_id=2641110&seccao=Arquitectura](http://www.dn.pt/inicio/artes/interior.aspx?content_id=2641110&seccao=Arquitectura)

<sup>20</sup> Ryan, Jason e Silvano Sari (2009): *The World Heritage List: The making and management of a brand*. Place Branding and Public Diplomacy Journal, Vol. 5. Extraído a 14 de Março de 2013 do site Pelgrave Macmillan Journals em <file:///santos/Artur/Artur%20Santos/Investiga%C3%A7%C3%A3o/patrimonio/The%20World%20Heritage%20List%20The%20making%20and%20management%20of%20a%20brand.pdf>

Como em qualquer actividade ou organização, as relações públicas tornam-se parte preponderante na execução de qualquer projecto que se mova no seio de um grupo ou sociedade. No sentido de emitir (passível ou não de filtragem) informações a essa sociedade, é necessário que se o faça com cuidado mas sobretudo com a dinâmica que se impõe quando se tem por objectivo passar uma mensagem que se deseja “banhar-se” de credibilidade.

Uma das premissas é cogitar se será esta “ferramenta da comunicação”<sup>21</sup> a melhor forma para persuadir uma população a aderir à “causa” do património. Fernández del Castillo acredita que sim e refere as instituições passíveis de utilizar esta técnica:

“Mientras bastante gente comprende lo que es la Publicidad, muy pocas personas son conscientes de que las Relaciones Públicas son una herramienta mucho más poderosa. El arte de persuadir a otros, especialmente se trata de masas, es hoy inevitable en cualquier organización sea esta comercial o institucional. Todos, absolutamente todos necesitamos Relaciones Públicas. Pequeñas empresas y gigantescas multinacionales, municipios, organizaciones de caridad, funcionarios, políticos, abogados, médicos, los propios hombres de las Relaciones Públicas las necesitan. La necesidad de la técnica de las Relaciones Públicas se ha extendido a todos los rincones de la sociedad moderna.”<sup>22</sup>

Philip Kotler, especialista em marketing aponta também o papel fundamental do técnico de relações públicas no contexto da promoção da imagem corporativa de uma empresa, em detrimento até da propaganda:

“As relações públicas podem ter um forte impacto sobre a percepção do público, por um custo muito inferior ao da propaganda. A empresa não paga por espaço ou tempo nos média; paga para que uma equipa de relações públicas desenvolva e divulgue informações e gerencie eventos. Se a empresa desenvolve uma história interessante, essa história pode ser escolhida por vários médias diferentes, tendo o mesmo efeito que uma propaganda de milhões de dólares. E teria mais credibilidade do que a propaganda. Os resultados do trabalho de RP podem ser fantásticos”.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> Del Castillo, Jaime de Urzáiz y Fernández (1997). Op. Cit., p. 137. Trad.

<sup>22</sup> Urzáiz y Fernandez de Castillo, Jaime, Idém

<sup>23</sup> Kotler, Philip (1995). *Marketing para o século XXI*. São Paulo: Futura. p. 62

Mas mesmo nas questões da preservação e divulgação do património, seja com o intuito de ver este classificado, seja por apenas alcançar lucros provenientes do turismo, são necessárias desenvolverem-se medidas que propiciem alcançar um largo espectro de possíveis “clientes”, na medida em que é necessário criarem-se estratégias de marketing que possibilitem atrair essa “clientela”.

Serão as campanhas de marketing ideais para este tipo de actividade. Vejamos os fundamentos que teorizam a noção do marketing, no sentido de se apurar a sua efectiva utilidade nas questões da divulgação do património.

Fernández del Castillo assinala que “o marketing ocupa-se de tudo o que ajuda à colocação do produto no mercado”<sup>24</sup>.

Tomás Alvarez e Mercedes Caballero colocam comunicação e marketing em desafio:

“Qué está primero?

Una visión anticuada de la empresa (o cualquier tipo de institución productora de bienes, servicios o ideas) tenderá, inevitablemente, a situar la labor comunicativa por debajo del marketing, como un elemento más de éste y subordinado en propiedades y tiempo. En este análisis, la entidad, como en un acto bíblico del Génesis, da a luz un producto, una idea o un servicio, y luego comunica su existencia a la sociedad. La comunicación depende y es derivado del proceso productivo. Será como el paso final de una cadena productivo-comercial, el último acto. Primero se decide qué se hace, luego se hace y se comunica. La comunicación se reduce a eso, la gestión de la imagen de los productos o servicios: una liturgia final.”<sup>25</sup>

Reforçando ainda mais esta ideia surge Pascale Weil que expõe:

“La Primacía del marketing sobre la comunicación reposa en una visión materialista de la empresa. Pero para innovar, el mercado necesita valorar la inteligencia, las ideas y los

---

<sup>24</sup> Urzáiz y Fernandez del Castillo, Jaime de (1997). Op. Cit., p. 125. Trad.

<sup>25</sup> Álvarez, Tomás & Caballero, Mercedes (1998). Op Cit., p. 73



hombres, elementos que demandan la comunicación y en el momento de la concepción del producto.”<sup>26</sup>

Partindo da definição de Tomás Alvarez e Mercedes Caballero será então de pensar que para melhor promover será necessário um misto do melhor que estas ferramentas têm: É necessário divulgar, promover, dar a conhecer à sociedade os aspectos que se querem transmitir acerca do património, executando uma consciente e funcional campanha de marketing, mas também não deixa de ser necessário prosseguir com uma boa gestão da imagem dos conteúdos relacionados com o património, que se conseguiu alcançar por mérito dessa mesma campanha de marketing.

Surge-nos a questão de se o património será um produto passível ou terá produtos com perspectiva de serem vendidos.

Cees Van Riel especifica que “a comunicação de marketing inclui a publicidade, promoção de vendas, direct-mail, sponsorizações, venda pessoal e elementos promocionais.”<sup>27</sup>

No caso concreto da divulgação do património, isso acontece na prática mas muitas vezes sem se pensar que se está a desenvolver uma efectiva estratégia de marketing. Se sempre que formos à cidade de Piza, na Itália, e trazemos uma miniatura da famosa torre tombada, aqui aparece-nos automaticamente um ícone que nos remete para esse património que é a torre, por si valendo não só como uma recordação como outra qualquer mas sobretudo se cria o efeito que se pretende: publicitar o património. Desde os mais vulgares postais, passando pelas visitas e passeios que se organizam, patrocínio de um qualquer banco ou empresa presente em “outdoor” numa fachada de um edifício classificado que esteja a ser restaurado. Tudo isto são manobras de marketing que visam não só promover o património como também as organizações que eventualmente as apoiem. Não esqueçamos as inúmeras vezes que os executivos camarários colocam “outdoors” informativos sobre a preservação do património no sentido de dar ao eleitor a perspectiva de que a Câmara faz trabalho, induzindo no cidadão a credibilidade que se necessita para ganhar votos. Estes exemplos demonstram a importância de tratar o Património como uma marca, vendável e com identidade própria, já que a “identidade da marca é a base na qual se sustenta toda a comunicação e a finalidade da comunicação é construir uma imagem relativa a essa identidade”<sup>28</sup> como observa Ruth Peralta Vásques,

---

<sup>26</sup> Weil, Pascale (1992). *La Comunicación Global. Comunicación Institucional y de Gestión*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica

<sup>27</sup> Van Riel, Cees (1995). *Principles of Corporate Communication*. Hempstead: Prentice Hall, p. 8. Trad.

<sup>28</sup> Peralta Vázquez, Ruth (2007). “Identidade de Marca, Gestão e Comunicação”. *Organicom*, 7, 207

docente da Pontifícia Universidad Católica del Peru. Essa marca, estruturada e assente sobre uma política de comunicação permitirá um conhecimento mais eficaz por parte da opinião pública acerca do património em causa.

### **O Protocolo da UNESCO e exemplos protocolarios no contexto do Património Mundial**

Atentas a este facto e à realidade de notoriedade que a protecção e classificação do património detém actualmente no seio da opinião pública, as autoridades investem muito das suas capacidades em relações públicas e no concerto da diplomacia neste âmbito, para assim reforçar a legitimidade a nível interno e internacional.

Perante a importância actual que autoridades nacionais e internacionais, assim como a opinião pública e, geral, a legitimidade e dignidade da classificação de um bem como Património Mundial da Humanidade no âmbito da UNESCO obedece a preceitos da esfera do Protocolo e das regras que presidem a actos públicos e a cerimónias que têm como foco central o património cultural ou natural.

Apesar da UNESCO ou Comité para o Património Mundial não disporem de um gabinete de protocolo como o Serviço de Protocolo e Ligação do Secretário-Geral da ONU, dispõem de um gabinete de relações internacionais que informa os Estados-membros possuidores de bens classificados como Património da Humanidade dos seguintes preceitos protocolários a ter em conta<sup>29</sup>:

- Todos los locales clasificados deben ostentar pelo menos uma placa identificativa con el logotipo del Centro del Patrimonio Mundial, criado por el artista Bela Michel Olyff y adaptado como emblema oficial de Convención del Patrimonio Mundial en 1978.
- Non es autorizada la utilización del logotipo para fines predominantemente económicos.

---

<sup>29</sup> Dos Santos, Artur Filipe (2012). A importância da Comunicação na Atribuição, Preservação e Divulgação do título de Património Mundial no âmbito da UNESCO aos Centros Históricos Urbanos. Universidade de Vigo: Tese de Doutoramento.

- Siempre que un miembro de evaluación del Comité de Evaluación del Patrimonio Mundial estuviere de visita a un bien clasificado, debe de ser astreada la bandera del Comité del Patrimonio en el edificio de poder representativo municipal o estatal o en la institución local responsable pela tutela, preservación y divulgación del espacio clasificado.
- Siempre que el Director del Centro del Patrimonio Mundial o un representante se dislocar a un plazo clasificado deben ser astreadas las banderas del Comité del Patrimonio Mundial bien como la del país-miembro

### **Conclusões**

Desde o seu princípio, a Organização das Nações Unidas, conhecedora do passado no que diz respeito às relações diplomáticas e consciente do carisma que presidiu à Convenção de Viena de 1814, reconhece a importância do diálogo das nações num espaço comum, em que as mesmas em pé de igualdade pudessem fixar os alicerces de um futuro conjunto.

Assinalando o protocolo como instrumento essencial para essa igualdade de tratamento entre nações, fazendo respeitar o exercício das precedências, do cerimonial e da etiqueta a ter em conta concerto das nações, para um reforço do respeito mútuo bem como para uma dignificação e legitimidade das autoridades perante as opiniões públicas dos 193 Estados-membros (mais a Santa Sé e a Palestina), o principal órgão desta organização, o Secretariado-Geral da ONU criou no seio da sua exclusiva dependência um gabinete de Protocolo, o Serviço de Protocolo e de Ligação, demonstrando assim a importância vital da ciência do protocolo como peça vital para o normal diálogo entre os embaixadores creditados na Assembleia-Geral da ONU.

Da mesma forma, surge no seio da ONU, mais concretamente no âmbito da UNESCO, um organismo, o Centro do Património Mundial, que tem como principal finalidade a salvaguarda da herança cultural da Humanidade bem como da natureza que nos rodeia como instrumento não só de protecção do passado como legado para o futuro mas também como ferramenta diplomática para a aproximação das nações para um bem comum, o de proteger os bens culturais e naturais considerados de valor universal e inscritos na Lista do Património Mundial sobre a responsabilidade do Comité para o Património Mundial.

Também este organismo detém um protocolo estrito, que procura reforçar a legitimidade e a dignidade deste que é actualmente uma das marcas mais importantes do ponto de vista científico bem como turístico que é título de Património Mundial.

## **Bibliografia:**

### **Índice bibliográfico**

- Bookmiller, Kirsten Nakjavani (2008). *The United Nations*. Nova Iorque: Infobase Publishing.
- Desvallés, André (2003). *Que Futuro para os Museus e para o Património Cultural na Aurora do Terceiro Milénio*. Lugar em Aberto. Revista da APOM. n.º 1.
- Dos Santos, Artur Filipe (2011). *O Papel da Comunicación na Atribuição, Preservação e divulgação do Título de Patrimonio Mundial no Âmbito da UNESCO*: Pontevedra: Universidade de Vigo.
- Fernández, Luis Fernando Ramos (2003). Curso Superior de Comunicación y Protocolo. Universidade de Vigo: Extensión Universitaria.
- Kotler, Philip (1995). *Marketing para o século XXI*. São Paulo: Futura.
- Mackenzie, David (2010). *A World Beyond Borders. An Introduction to the History of International Organizations, Volume I*. Toronto: University of Toronto Press.
- Peralta Vázquez, Ruth (2007). “Identidade de Marca, Gestão e Comunicação”. *Organicom*, 7, 207
- Rusillo, Santos M. Mateos (2008). *La Comunicación Global del Patrimonio Cultural*. Gijón: Ediciones Trea.
- Serrano, José de Bousa (2011). *O Livro do Protocolo*. Lisboa: Esfera das Letras.
- UNESCO (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Patrimonio Cultural Imaterial*. Paris: UNESCO.
- UNESCO 1947). *General Conference, First Session*, Paris: UNESCO.

UNESCO, Comissão Nacional (1992), *O que é: A Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Lisboa: C.N. UNESCO.

UNESCO, World Heritage Centre (1972), *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. 17ª Convenção para o Património Mundial. Paris: UNESCO.

UNESCO, World Heritage Centre (2005), *Brief History*. Paris: UNESCO

Van Ginneken, Anique (2006). *Historical Dictionary of the League of Nations*. Maryland: Scarecrow Press.

Van Riel, Cees (1995). *Principles of Corporate Communication*. Hempstead: Prentice Hall.

Weil, Pascale (1992). *La Comunicación Global. Comunicación Institucional y de Gestión*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica

### **Aparato bibliográfico Web**

Agência Lusa (2012). *Embaixador Seixas da Costa: Diplomacia "salva" Elvas de chumbo e consegue classificação*. Notícia extraída da página online do Diário de Notícias a 18 de Outubro de 2012:  
[http://www.dn.pt/inicio/artes/interior.aspx?content\\_id=2641110&seccao=Arquitectura](http://www.dn.pt/inicio/artes/interior.aspx?content_id=2641110&seccao=Arquitectura)

Carvalho, Paulo (s/d). *Património e Território: dos Lugares às Redes*. Extraído em 18 de Agosto de 2011 do sítio da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais  
[http://www.sper.pt/VCHER/Pdfs/Paulo\\_Carvalho.pdf](http://www.sper.pt/VCHER/Pdfs/Paulo_Carvalho.pdf)

Department for General Assembly and Conference Management (2011). *Protocol and Liaison Service*. Extraído do sítio web das Nações Unidas a 12 de Janeiro de 2014:  
<http://www.un.org/depts/DGACM/funcProtocol.shtml>

Lista de Estados sinatários da Convenção do Património Mundial. Página da Wikipedia visualizada a 18 de Abril de 2014:  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista\\_de\\_Estados\\_signat%C3%A1rios\\_da\\_Conven%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Patrim%C3%B3nio\\_Mundial](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_Estados_signat%C3%A1rios_da_Conven%C3%A7%C3%A3o_do_Patrim%C3%B3nio_Mundial)

Ryan, Jason e Silvanto Sari (2009): *The World Heritage List: The making and management of a brand*. Place Branding and Public Diplomacy Journal, Vol. 5. Extraído a 14 de Março de 2013 do site Pelgrave Macmillan Journals em file://santos/Artur/Artur%20Santos/Investiga%C3%A7%C3%A3o/patrimonio/The%20World%20Heritage%20List%20The%20making%20and%20management%20of%20a%20brand.pdf

The United Nations Protocol and Liaison Service (2011). *Manual of Protocol*. Extraído do sítio web das Nações Unidas a 2 de Fevereiro 2014: [http://www.un.int/protocol/pre\\_intro.html](http://www.un.int/protocol/pre_intro.html)

UNESCO, World Heritage Centre (2005), *Brief History*. Extraído em 13 de Fevereiro de 2005 do sítio da UNESCO: <http://whc.unesco.org/pg.cfm?cid=169>.